

Reta final em defesa da Previdência e contra a redução salarial!

Governo e Congresso querem aprovar 'reforma' neste mês; STF pauta Quintos para dia 11. Mobilização dos servidores deve se fortalecer também por reajustes em 2020.



EDITORIAL

Decisões sobre os quintos e Previdência exigem mobilização

Quando esta edição do **Jornal do Sintrajud** chegar a você, estaremos às vésperas da votação em segundo turno da 'reforma' da Previdência no Senado, mero carimbador do texto saído da Câmara.

Especialistas apontam que essa é a pior 'reforma' do sistema previdenciário na História do país. A PEC 6/2019 tira uma série de direitos e impõe a desconstitucionalização, que abre as portas à extinção total das garantias da Carta de 1988.

A campanha da mídia comercial - em grande parte devedora previdenciária - e a máquina de *fake news* governamental convenceram a população de que a 'reforma' era inexorável. Mas após meses de bombardeio midiático e pelo WhatsApp, 51% dos brasileiros ainda são contra as mudanças. Outra pesquisa, da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), entidade favorável à "Nova previdência", aponta em 52,7% a rejeição.

Privatizações, desemprego e queimadas incineram popularidade de Bolsonaro

O desmonte do Estado também é mal visto: 67% são contra privatizar os Correios, Petrobras, Eletrobras, BB e Caixa.

A corrupção (que atingiu até a Lava Jato), os quase 12 milhões de desempregados, o desalento que atinge 27 milhões de brasileiros e os cortes orçamentários à educação e à produção de remédios decepcionam quem acreditou em mudança.

Os ataques e a percepção do reacionarismo do governo Bolsonaro elevam a rejeição ao presidente que visa destruir "ativismos" (tudo que o questiona), quer transformar a Amazônia em pasto e armar o país que

mata 60 mil pessoas/ano.

O governo completou oito meses com 38% de avaliação ruim ou péssima, mostrou o Datafolha de 10/9.

Organizar a indignação

No próximo dia 11 será retomado, no plenário virtual do STF, o julgamento dos embargos declaratórios no Recurso Extraordinário que discute a incorporação dos quintos entre 1998 e 2001. A mobilização, ainda que insuficiente, mudou o voto do ministro Gilmar Mendes. Toda a categoria precisa entender que está em jogo a redução de salários.

A cúpula do Judiciário, em pacto com Bolsonaro, já relativizou o direito constitucional à revisão anual de salários do funcionalismo.

A paralisia ou a negociação direta das grandes centrais sindicais com o governo mantiveram baixa a mobilização contra a destruição da Previdência. Os que apostaram em emendas - e diziam ser muito radical rejeitar integralmente a "Nova previdência" - viram o rolo compressor esmagar a crença em 'uma reforma menos pior'. O que se preservou deve-se à ameaça de greve geral.

Esse é o caminho. É decisivo ampliar a mobilização. Ou lutamos agora ou nossos direitos serão arrancados um a um.

O Sintrajud lutará até o último momento contra a redução salarial, em defesa da estabilidade, pela revogação da emenda constitucional 95 e por reajustes. Bem como o Sindicato organizará todas as lutas por pautas específicas de cada tribunal. Mas o Sintrajud somos todos nós. Cada um deve fazer sua parte.

"Lutamos agora ou nossos direitos serão arrancados um a um."

Vem aí a VIII Mostra de Artes do Sintrajud

Inscrições para o evento que exhibe talentos da categoria já podem ser feitas até 13/10 no *site* do Sindicato.

Já estão abertas as inscrições para a VIII Mostra de Artes do Sintrajud, que neste ano acontecerá no dia 19 de outubro (sábado) a partir das 14 horas. O evento será realizado mais uma vez no Espaço Êxitos, mesmo local da Mostra de 2018, e o tema desta edição será 'A

arte desafiando o imobilismo e convidando à reflexão'.

A inscrição é gratuita e a participação é aberta a todos os servidores sindicalizados no Estado. Para inscrever-se, basta preencher a ficha disponível no *site* do Sindicato até o dia 13 de outubro.

JORNAL DO SINTRAJUD

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Sede: Rua Antônio de Godói, 88 - 16º and - São Paulo/SP
01034-902 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608
E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86
Vila Belmiro - Santos/SP - 11075-360 - Tel.: (13) 3271-9114
E-mail: sintrajudsantos@sintrajud.org.br

Diretoria: Tarcisio Ferreira, Lynira Rodrigues Sardinha, Lucas José Dantas Freitas, Fabiano dos Santos, Luciana Martins Carneiro, Ester Nogueira de Faria, Maria Ires Graciano Lacerda, Claudia Villapiano Teodoro de Souza, Claudia Renata de Moraes Araújo, Maurício Rezzani, Marcus da Silva Vergne, Antonio Carlos Lauriano da Silva, Henrique Sales Costa, Ana Luiza de Figueiredo Gomes, Inês Leal de Castro, Gilberto Terra, Eliseu da Silva Trindade, Tauff Ganem de Abreu, José Dalmo Vieira Duarte, Fausta Camilo Fernandes.

Editores: Luciana Araujo
Jornalistas: Hélio Batista Barboza, Hécio Duarte Filho e Shuellen Peixoto
Artes: Janaína Oliveira
Diagramação: Roberto Lima
Tiragem: 12.000 exemplares

AGENDA

Outubro

- 4 - Bate-papo com o Sintrajud no ReenconTRE (encontro anual de recadastramento no TRE).
- 3 a 6 - 4º Congresso da CSP-Conlutas.
- 8 - Audiência com a presidente do TRT discute a situação da creche.
- 10 - Ato contra a redução salarial, no TRF-3, 14h.
- Ato em defesa da creche do TRT-2, 14h, no Fórum Ruy Barbosa.
- 11 - Julgamento dos quintos no plenário virtual do STF.
- 16 - Ato na JT/Barueri, 13h.
- 19 - 8ª Mostra de Artes do Sintrajud, 14h, no Espaço Êxitos (Rua Dr. Sergio Meira 231, Pacaembu).
- 23 - Relançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.
- 26 e 27 - Encontro Nacional de Servidores da JT, em Brasília.

Novembro

- 9 - Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, em Brasília.
- 30 - Encontro Nacional de Mulheres, promovido pela Fenajufe, em Brasília.

ACONTECEU

Setembro

- 3 a 6 - Caravana a Brasília contra a 'reforma' da Previdência.
- 4 e 5 - Seminário do CNJ sobre saúde.

Gil Ferreira/Agência CNJ



- 7 - Reunião da diretoria da Fenajufe com participação dos sindicatos.
- Grito dos Excluídos.



- 10 - Roda de conversa: prevenção e posvenção do suicídio, na subsede.
- 11 - Assembleia no TRE.
- 12 - Assembleia no TRF.
- 14 - Assembleia elegeu delegação ao 4º Congresso da CSP-Conlutas.
- 20 - Participação na Marcha pelo Clima, na Avenida Paulista.
- 23 a 26 - Caravana a Brasília em defesa dos quintos e pela data-base.
- 23 a 27 - 19ª Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte/MG.
- 25 - Mobilização no STF e nos estados pelos quintos e pela data-base, relativizada pelo Supremo em relação ao ajuste fiscal.
- 27 - Seminário sobre prevenção e posvenção do suicídio.
- 28 - Encontro Regional da Justiça do Trabalho.



Acompanhe o SINTRAJUD nas redes sociais: @sintrajud



Servidores e magistrados no ato em defesa do berçário no Fórum Ruy Barbosa.

Servidores e juízes defendem creche do TRT-2

Sindicato apoia mobilização e busca diálogo com a administração para preservar e ampliar serviço.

Shuellen Peixoto

A defesa da permanência e ampliação do atendimento no berçário do TRT-2 cresce entre servidores e magistrados. A creche, que funciona desde 1990 e hoje atende crianças de até 24 meses, teve as inscrições suspensas para o ano que vem, excetuadas as reservas já efetuadas.

No dia 13 deste mês o átrio do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa foi tomado por um protesto colorido, alegre, com um destacado grupo de manifestantes mirins, trabalhadoras, trabalhadores e juízes. Os pais e mães reivindicam alternativas para manutenção da creche, a partir dos dados, da demanda e do orçamento.

A situação da creche será debatida com a presidente do TRT, desembargadora Rilma Hemetério, em audiência com a presença do Sindicato. A direção do Sintrajud acompanha e apoia a mobilização.

As regras de inscrição no berçário foram paulatinamente engessadas ao longo das últimas administrações, e os usuários e usuárias do serviço reputam às dificuldades criadas o fato de o quadro de 40 vagas hoje não estar completo. Atualmente, 22 crianças são atendidas.

Importância da creche

Mães e pais pagam uma mensalidade (R\$ 965) e o equivalente ao auxílio-creche, que deixam de receber. A verba é destinada às despesas de custeio não cobertas pelo Tribunal (pedagoga e quatro auxiliares, gás de cozinha, alimentação, material escolar e pedagógico, itens de higiene e atividades extracurriculares).

Desta forma, não haveria aumento nos custos mesmo que todas as vagas estivessem preenchidas, pois o Tribunal

emprega o mesmo valor para atender 22 ou 40 crianças.

Além disso, nove servidoras da equipe são concursadas especificamente para a creche. A equipe conta ainda com uma pedagoga e quatro auxiliares contratadas pela Associação.

Por muito tempo o serviço foi restrito às mães. Recentemente foi estendido aos servidores e magistrados, o que, na opinião da diretoria do Sindicato, é uma vitória na luta pela garantia de direitos.

Quem utiliza ou já usou, não tem dúvida da importância do serviço. “A creche é um benefício essencial para que servidores e magistrados possam ter essa tranquilidade no trabalho”, afirmou a juíza auxiliar da 76ª Vara Trabalhista, Paula Lorente Ceolin, que participou do protesto no dia 13.

Para a servidora Adriana Rodrigues, da Associação dos Servidores e Magistrados Contribuintes para a Manutenção do Berçário do TRT-2, a creche é “incomparável”.

A servidora destacou também que o trabalho pedagógico atende às necessidades físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas da criança, de modo integrado.

A proximidade do berçário em relação ao local de trabalho, direito preconizado pela Organização Internacional do Trabalho, também foi destacada por Adriana. “Meu filho fica na creche e o tempo de amamentação permite meu contato com ele, o que foi imprescindível neste período. As tias são maravilhosas; o desenvolvimento dele é perceptível no dia a dia”, destacou Adriana.

A administração do TRT-2 divulgou texto na intranet que busca justificar o fechamento da creche. A Associação rebateu as alegações em carta aberta e convocou os servidores para um ato no Fórum Ruy Barbosa no dia 10, às 14h.

Berçário do TST

Inspirado na experiência do TRT-2, desde 2014 o Tribunal Superior do Trabalho também oferece serviço de berçário para filhos de servidores e magistrados.

Na inauguração, o então presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, destacou a segurança e tranquilidade para o desempenho das atividades no trabalho.



É ouro, prata e bronze!

Maior delegação da história do TRT-2 trouxe bi-campeonato no vôlei feminino mais 4 medalhas de ouro, 9 pratas e 7 bronzes. Confira o especial 18ª Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho em www.sintrajud.org.br.

DIREITOS

Julgamento dos quintos coloca irredutibilidade salarial na mira após STF relativizar data-base

Direção do Sintrajud avalia que mobilização foi decisiva para mudar o voto apresentado em 23 de agosto pelo ministro Gilmar Mendes e convoca a categoria a lutar contra redução de vencimentos.

Valcir Araújo



Caravaneiros acompanharam discussões no CJF e no STF.

Luciana Araujo

Está previsto para ser retomado no dia 11 de outubro o julgamento do Recurso Extraordinário 638.115 no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal. O RE discute o direito à incorporação dos quintos referentes ao exercício de função comissionada entre abril de 1998 e setembro de 2001. Mas o que efetivamente está em debate é se o STF vai relativizar o inciso VI do artigo 7º da Constituição, que assegura a irredutibilidade salarial.

Em 23 de agosto, quando o processo estava no plenário virtual, o ministro Gilmar Mendes mudou o voto proferido quatro anos atrás, pela inconstitucionalidade da parcela. Desta vez, Mendes reconheceu “indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado”.

O ministro também defendeu “manter o pagamento dos quintos àqueles servidores que continuam recebendo a referida parcela até a presente data, em razão de decisão administrativa ou decisão judicial ainda não transitada em julgado, até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros”.

Em seguida, Edson Fachin abriu divergência não divulgada e Ricardo Lewandowski pediu destaque, levando o processo de volta ao ambiente presencial.

Mobilização

Em 26 de setembro, com o de acordo de Lewandowski e Fachin, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, devolveu o RE ao plenário virtual sob o argumento de acelerar a conclusão do julgamento, “de interesse de centenas de servidores”. Toffoli chegou a mencionar que trabalhadores do setor público - a ação interessa a cerca de 50 mil pessoas no país - acompanhavam a sessão.

Para a direção do Sindicato, a mudança de voto de Gilmar Mendes, a volta do RE

ao plenário virtual e as considerações de Toffoli evidenciam a importância da mobilização. O Sintrajud impulsionou um abaixo-assinado que ganhou adesão de outros oito sindicatos, recolheu mais de cinco mil assinaturas e levou a Fenajufe a também lançar uma petição eletrônica.

A direção do Sintrajud também percorreu gabinetes e peticionou ao Conselho da Justiça Federal para adiar o desconto previsto a partir de outubro, o que foi atendido. Eventual corte salarial só virá em janeiro, se não houver decisão do STF.

Foi ainda requerido ao TRF-3 que não efetive nenhum desconto até o fim do julgamento no Supremo. À presidente do Tribunal vem sendo cobrado que re-

ceba a entidade.

Agora, a diretoria do Sindicato convoca a categoria a intensificar a campanha de e-mails aos ministros do STF e participar dos atos contra a redução salarial.

Para Fabiano dos Santos, diretor do Sindicato e da Fenajufe, “a mobilização é fundamental para buscar assegurar que seja mantido o direito de forma irrestrita a todos, também àqueles que recebem a parcela por decisões administrativas ou judiciais sem o trânsito em julgado. Tirar a parcela que mais de 50 mil pessoas recebem há 15 anos enterraria os princípios constitucionais da segurança jurídica, da coisa julgada e da irredutibilidade salarial. Se isso acontecer, não teremos mais nenhuma garantia para nenhum servidor”.

No julgamento da data-base (leia o artigo abaixo), o Supremo já relativizou o direito constitucional à revisão salarial anual para o funcionalismo, priorizando o ajuste fiscal. Na apreciação do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, embora a maioria dos ministros tenha declarado inconstitucional o dispositivo que autoriza reduzir em até 25% jornada e salários, o resultado não foi proclamado porque o ministro Celso de Mello (vistor) não estava presente. A realidade evidencia a importância de toda a categoria lutar contra a retirada dos quintos.

O julgamento virtual vai até o dia 18 de outubro. Acompanhe as notícias atualizadas em <www.sintrajud.org.br>.

OPINIÃO

Data-base: o impasse jurídico e a luta política

Tarcisio Ferreira*

Após 12 anos e em conjuntura desfavorável, o STF negou aos servidores o direito a indenização pelo descumprimento da revisão geral anual ao julgar o RE 565089. Ao dizer que a data-base não seria obrigatória, a Corte relativiza norma expressa que assegura o direito à recomposição salarial, em mais uma demonstração de alinhamento com o projeto do governo.

A decisão também viola a irredutibilidade salarial. O valor dos salários está no poder de compra, e não corrigi-los significa reduzir e transferir renda dos trabalhadores para outros setores, na medida em que se reduz a participação relativa dos trabalhadores na riqueza produzida. Isso afasta os argumentos ‘fiscalistas’ e ‘consequencialistas’ invocados para retirar direitos, não por coincidência, dos trabalhadores.

Na prática, a data-base vem sendo ignorada por todos os governos, com o Judiciário como aliado ao dizer que não lhe cabe

determinar reajustes.

Ao julgar a ADI 2061, em 2001, o STF reconheceu a mora do Executivo, mas determinou a simples ciência da decisão, sem prazo ou pena. A tese da indenização pela omissão foi uma das frentes assumidas pelo funcionalismo para dar visibilidade ao direito e pressionar por seu cumprimento.

O Estado cria um impasse: reconhece e ao mesmo tempo nega um direito, ao não fornecer os meios para efetivá-lo. Fica ainda mais evidente que o único meio para arrancar direitos, mesmo que na Constituição, é a luta dos trabalhadores. Com a categoria não foi diferente: somente conseguimos reposições salariais nas últimas décadas por meio dos planos de cargos e salários e com muita luta.

A data-base segue como bandeira fundamental, e o STF não é um aliado.

Tarcisio Ferreira, servidor do TRT-2, diretor do Sintrajud e ex-dirigente da Fenajufe.

PREVIDÊNCIA

Tramitação da PEC 6 segue sob denúncias

Primeiro turno no Senado reacendeu suspeitas de compra de votos e manipulação dos dados sobre impacto da 'reforma'; senadores não escondem negociações.

Como na Câmara dos Deputados, o texto-base da 'reforma' da Previdência foi aprovado em primeiro turno no Senado, dia 1º de outubro, sob denúncias de compra de votos e fraudes nos dados divulgados pelo governo.

Só dois destaques de redação passaram: a restrição a servidores da União da possível contribuição extra, e o que mantém o direito ao PIS a quem ganha até dois salários mínimos (o texto saído da Câmara limitava o abono à renda mensal de R\$ 1.364,43).

Até a votação, o Sintrajud enviou seis caravanas a Brasília. No segundo turno, para derrotar a 'reforma' seria necessário "virar" sete votos (o governo obteve 56 apoios na primeira votação). A direção do Sindicato defende que centrais e entidades devem organizar forte pressão sobre os senadores, e já iniciar a mobilização contra a 'PEC paralela', que recoloca ataques não mantidos em razão da rejeição popular.

Confira abaixo como a 'reforma' vai atingir você.

Arquivo Sintrajud



Servidores do Judiciário acompanharam votação no Senado.

ATAQUES DA 'REFORMA' DA PREVIDÊNCIA AOS SERVIDORES

Pensões

Passam a 50% do que seria devido como aposentadoria ao servidor mais 10% por dependente (no caso de filhos, até que completem 21 ou 24 anos, se estudando). Quando um dependente perder a cota, esta não será reversível ao cônjuge ou demais dependentes. Também serão exigidos 18 meses de contribuição do servidor e pelo menos dois anos de casamento/união estável para o cônjuge ter direito à pensão - cuja duração varia conforme a idade do pensionista, sendo vitalícia apenas para maiores de 44 anos de idade.

"Transição"

Estima-se que só beneficiará 20% das pessoas, dados os requisitos.

Regra 1: 56 anos de idade (mulher) ou 61 (homem); 30 (mulher) ou 35 (homem) anos de contribuição; 20 anos no serviço público; 5 anos no cargo; somatório de idade e tempo de contribuição equivalente a 86 (mulher) ou 96 pontos (homem), com acréscimo de um ponto a cada ano a partir de 01/01/2020, até atingir 100 pontos (mulher) ou 105 (homem). A idade mínima aumenta para 57 e 62 anos, respectivamente, a partir de 01/01/2022.

Regra 2: 57 anos de idade (mulher) ou 60 (homem); 30 anos de contribuição (mulher) ou 35 (homem); 20 anos no serviço público; 5 anos no cargo; período adicional de contribuição, dobrando o que faltaria para atingir o tempo mínimo na data da promulgação da reforma.

Acúmulo

Não será permitido (pensão mais aposentadoria civil ou outro benefício). Será obrigatória opção pelo mais vantajoso acrescido de parcela do segundo (10%, 20%, 40% ou 80%, a depender da faixa salarial).

Requisitos além da idade

25 anos de contribuição para ingressantes após a promulgação, 10 anos no serviço público e cinco anos no cargo. De quem já é servidor a 'transição' exige 20 anos no serviço.

Idade mínima

62 anos de idade (mulheres) ou 65 (homens), inclusive para ingressantes até 31/12/2003 terem direito à integralidade e paridade - a menos que cumpram os demais requisitos na promulgação e usem a segunda regra de transição (abaixo à esquerda). - Ingressantes a partir de 01/01/2004 ou que não tiverem a idade mínima na promulgação vão receber 60% do que teriam direito caso se aposentassem hoje, mais 2% por ano trabalhado que exceda os 20 anos de contribuição. Aposentadoria equivalente ao maior benefício a que teriam direito só com 40 anos de contribuição.

Desconstitucionalização

Leis poderão mudar as regras previdenciárias ou extinguir o Regime Próprio, com a migração dos beneficiários para o Regime Geral.

Confisco

Alíquotas passam dos atuais 11% para em média 14,68% - inclusive para quem já está aposentado ou é pensionista - podendo incidir sobre o que exceder o salário mínimo, se houver 'déficit' no RPPS. Também poderá ser instituída alíquota extraordinária para ativos, aposentados e pensionistas da União por até 20 anos.

Reajustes

Pelas regras do RGPS.

Cálculo

Passam a ser consideradas todas as contribuições, e não apenas as 80% maiores, para o cálculo da média que define o valor do benefício.

RPC

Planos como os geridos pelo Funpresp-Jud, poderão ser repassados a bancos privados ou seguradoras.

ERRATA: Na edição 587 do Jornal do Sintrajud publicamos que a segunda regra de transição exige 62 anos de idade aos homens. São 60 anos.

DIREITOS

Governo redobra ataque aos trabalhadores

Grupo estuda nova reforma trabalhista, normas de segurança e saúde são revisadas e JT prepara “reorganização”.

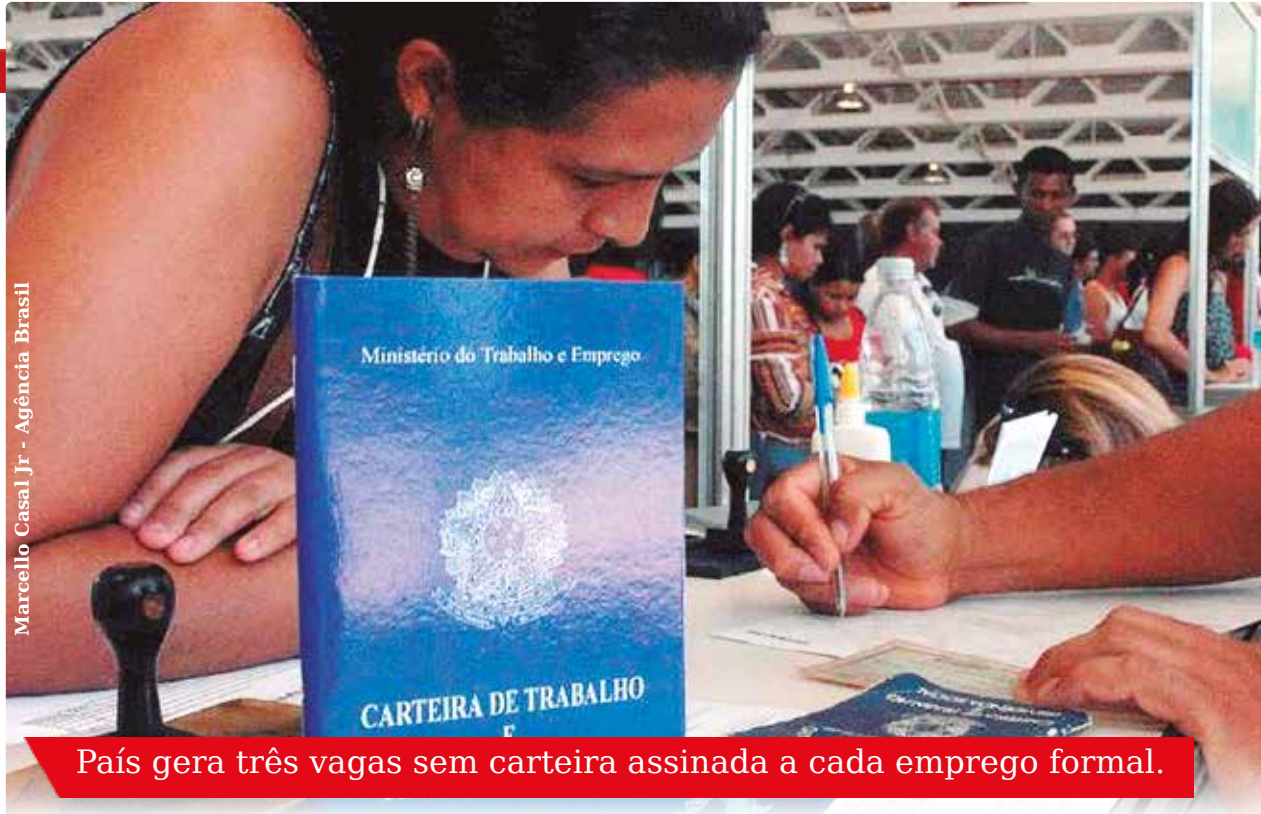
Hélio Batista Barboza

O governo Jair Bolsonaro (PSL) dobrou a aposta na reforma trabalhista, insistindo na retirada de direitos sob o pretexto de que isso vai gerar empregos. O mesmo argumento foi utilizado durante o governo Temer (PMDB), em 2017, e o país segue com quase 12 milhões de desempregados.

No início de setembro, o governo criou o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet), que tem 90 dias para apresentar uma proposta de aprofundamento do desmonte da CLT iniciado há dois anos. O Grupo é formado por 11 membros e inclui magistrados, como o ministro e ex-presidente do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho, numa estratégia para evitar os questionamentos jurídicos que têm sido feitos à reforma de Temer.

“A espinha dorsal dos estudos é para que a negociação entre as partes ocorra sem a tutela do Estado ou da Justiça”, afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, em coletiva à imprensa.

Ele também admitiu que um dos objetivos é adaptar a legislação às novas formas de emprego precarizado. “O tra-



balho formal está perdendo espaço no mundo inteiro, e no Brasil não será diferente”, declarou.

Outra frente de ataque do governo à legislação trabalhista é a revisão das normas regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho.

Já foram alteradas NRs que obrigam empresas a apresentar planos de riscos físicos, químicos e biológicos e a receber a visita de um auditor do trabalho antes de começarem a funcionar. Outras normas modificadas tratam da instalação de máquinas e equipamentos, além do tamanho, quantidade e condições de conforto e higiene de banheiros, vestiários e refeitórios.

Enxugamento da JT

Enquanto o governo ataca direitos trabalhistas por meio de mudanças na legislação, a própria Justiça do Trabalho se vê ameaçada por outra herança do governo Temer (apoiado por Bolsonaro): a Emenda Constitucional 95, que congela o orçamento dos órgãos públi-

cos por até 20 anos.

Em entrevista ao jornal ‘Correio Brasileiro’, o presidente do TST, ministro Brito Pereira, anunciou que o orçamento da JT para o ano que vem terá redução de R\$ 1,7 bilhão em relação ao de 2016, quando foi aprovada a Emenda 95.

O próprio TST cortará 20% do número de trabalhadores terceirizados, segundo o ministro. Alguns contratos de terceirização também vão prever salário menor para esses trabalhadores.

Brito Pereira adiantou ainda que o TST prepara uma “reorganização administrativa em toda a Justiça do Trabalho”, com redução do número de secretarias. A mudança “vai enxugar enormemente” o quadro da JT, declarou o ministro.

O grupo de trabalho encarregado de planejar essa reestruturação foi criado em 24 de setembro. Os servidores reivindicam assento no grupo, por meio da Fenajufe

No dia seguinte, em ato no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, servidores avaliaram que a “reorganização” significa mais um passo na precarização da JT e do serviço público.

TERCEIRIZAÇÃO

MPT confirma denúncia do Sintrajud no TRF-3

As normas regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho que o governo Bolsonaro vem modificando para agradar aos empresários já são desrespeitadas pelas empresas de terceirização contratadas pelo TRF-3. É o que consta no relatório de uma perícia realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) após denúncia do Sintrajud.

O relatório atesta que os trabalhadores se alimentam em local impróprio e insalubre, sem ventilação, ocupando parte da garagem do 2º subsolo, onde ficam expostos ao escapamento dos automóveis. Os peritos consideraram de “grave risco” as instalações elétricas das marmiteiras.



A inspeção verificou também que eles usam mesas e bancos improvisados e que não têm armários nem geladeiras suficientes para guardar alimentos e objetos pessoais. “Caberia inclusive atuação de equipe de Vigilância Sanitária para averiguação das reais condições de limpeza, higienização, armazenamento e acondicionamento de alimentos”, diz o laudo pericial do MPT.

“A despeito de a legislação pertinente às Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (NR-24) ter sido promulgada em 1978, com o atual texto datado de 1993, chama a atenção o seu generalizado descumprimento nos atuais dias de 2019”, afirma o documento do MPT.

Realizada em abril, a inspeção foi acompanhada pelos diretores do Sintrajud José Dalmo Duarte e Luciana Carneiro, servidores do TRF-3. O laudo pericial só se tornou público em setembro.

O documento recomenda que o MPT requirite ao Tribunal instalações adequadas, limpas e seguras para os trabalhadores terceirizados, distantes dos estacio-

amentos. Outra recomendação é que o TRF-3 faça uma pesquisa entre os terceirizados sobre suas condições de trabalho.

Procurado pelo **Jornal do Sintrajud**, o TRF-3 informou que “estão sendo tomadas pela Administração as medidas necessárias e, tão logo sejam concluídas, será o Sintrajud convidado para uma apresentação das questões pertinentes.”

Novas denúncias

O Sintrajud apresentou à administração do Tribunal novas denúncias.

De acordo com relatos recebidos pelo Sindicato, algumas empresas não fornecem equipamento de proteção individual e a empresa Britânica Service pagaria menos do que o salário mínimo estadual. Trabalhadoras da limpeza que chegam muito cedo ao Tribunal têm de esperar em pé até as 5h30 para terem acesso ao setor onde trabalham.

O TRF-3 ainda não respondeu a esses últimos questionamentos do Sintrajud.

CNJ mantém distorções no auxílio-saúde

Resolução fixa limites para o valor do benefício e abre espaço para a autogestão, mas permite falta de isonomia e diferenças entre tribunais.

Hélio Batista Barboza

Com os orçamentos dos tribunais cada vez mais comprimidos pela Emenda Constitucional 95/2016 – a emenda do teto de gastos – o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou em 10 de setembro resolução que estabelece limites para o pagamento de auxílio-saúde a magistrados e servidores.

A norma também reconhece o sistema de autogestão dos planos de saúde como uma das três opções de assistência médica que os tribunais podem oferecer aos servidores, magistrados e seus dependentes. As outras duas são a contratação de operadoras de planos e o pagamento de reembolso.

O texto regulamenta a Política de Assistência à Saúde Suplementar para Magistrados e Servidores. O limite mensal para o auxílio-saúde dos magistrados foi estabelecido em 10% dos seus subsídios e, para os servidores, em 10% do subsídio de juiz substituto do respectivo tribunal.

“De saída, já temos aí uma quebra de isonomia, porque o salário de juiz titular e de desembargador é maior”, aponta o diretor do Sintrajud Tarcísio Ferreira. “A igualdade entre juízes e servidores deve ser um pressuposto.”

Em tese, o limite para os servidores permitiria um significativo reajuste no auxílio-saúde da categoria. O valor está congelado desde fevereiro de 2016 em R\$ 215 mensais por servidor. Como o subsídio de juiz federal substituto é de R\$ 32.004,65, o auxílio-saúde dos servidores poderia subir 488%, para até R\$ 3.200,46.

A resolução diz, entretanto, que “deve



Luiz Silveira/Agência CNJ

Tarcísio e Ires (no canto à direita) no seminário do CNJ.

ser observada a dotação orçamentária e respeitadas limitações orçamentárias”, indicando que qualquer aumento vai exigir muita mobilização dos servidores.

Além disso, a resolução do CNJ não corrige as discrepâncias entre os valores de auxílio-saúde pagos nos diferentes estados e nos tribunais superiores. Os servidores do TSE, por exemplo, recebem R\$ 414,91, quase o dobro dos R\$ 215 pagos pelo TRE de São Paulo.

Essa falta de padronização dos valores entre os órgãos do Judiciário foi reconhecida até pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e está mantida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020.

Autogestão

Em relação ao sistema de autogestão, a Resolução legitima um modelo que

tem sido adotado em diversos tribunais, como alternativa aos planos de saúde oferecidos pelo mercado.

O Sintrajud defende que os tribunais de São Paulo criem grupos de trabalho para estudar esse modelo, já que a concentração do setor de planos de saúde em poucas operadoras vem dificultando as licitações e impondo pesadas mensalidades aos servidores.

A autogestão foi um dos temas do 2º Seminário Nacional sobre a Saúde dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ no início de setembro. Numa das oficinas do evento, os participantes sugeriram que o Conselho organize um curso para os tribunais que queiram implementar o modelo. Os diretores do Sintrajud Tarcísio Ferreira e Maria Ires Graciano Lacerda participaram do Seminário (*Veja reportagem sobre o evento no site do Sintrajud*).

Servidores retomam luta por ‘saúde’ no TRE

Assembleia, reuniões e ato reiteraram demanda por plano e isonomia do auxílio.

Os servidores do TRE e o Sintrajud voltaram a se manifestar perante a administração do Tribunal para que seja concluída o mais breve possível a licitação do plano de saúde. O processo se arrasta há mais de um ano, em meio às dificuldades para atrair as poucas operadoras que concentram o mercado.

No início de setembro, após assembleia no Tribunal houve uma reunião de emergência com o secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal, Carlos Fujimoto.

No dia 20, os diretores do Sintrajud Mauricio Rezzani, Tarcísio Ferreira e Fabiano dos Santos se reuniram com o diretor-geral do TRE, Cláudio Correa, e com a comissão de licitação. No dia 25, quando a categoria fez manifestações nos locais de trabalho em defesa dos salários e da data-base, a licitação do plano e a isonomia com o TSE no pagamento do auxílio-saúde estiveram entre os temas do ato diante da sede do Tribunal.



A administração diz que o desinteresse das operadoras se deve à falta de dados sobre o perfil de saúde dos servidores, ao fato de a adesão ser voluntária e ao elevado percentual de funcionários acima de 59 anos na capital. Para melhorar a atratividade, o TRE mudou as regras da licitação e substituiu o termo de referência original por outros dois – um para a capital e outro para o interior.

O Sintrajud e os servidores cobram empenho para realizar a licitação, ressaltan-

do as vantagens de um plano do Tribunal em relação a contratos individuais, como os oferecidos por associações.

Isonomia

Os servidores também demandam isonomia do valor do auxílio-saúde entre todos os tribunais eleitorais e o reajuste do valor pago pelo regional paulista, de R\$ 215 mensais. O Tribunal Superior Eleitoral hoje paga R\$ 414,91.

O economista Washington Moura Lima, assessor do Sintrajud, ressalta que o TSE tem este ano R\$ 15,444 milhões para o auxílio-saúde de 3.110 beneficiários. O TRE/SP dispõe de R\$ 15,523 milhões, para 5.990 beneficiários.

“Os limites orçamentários não são definidos por tribunal, mas para toda a Justiça Eleitoral, o que confere aos tribunais superiores um enorme poder sobre o orçamento”, esclarece o economista. (HBB)



Manifestação realizada pelo Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, em agosto.

Sin dipetrolp

CONJUNTURA

Categorias lutam contra privatizações

Trabalhadores dos Correios pararam por seis dias em setembro e petroleiros organizam greve nacional.

Luciana Araujo

As campanhas salariais de setembro, quando categorias numerosas têm suas datas-base, tiveram em comum neste ano a luta contra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Bolsonaro. Lançado ainda no governo Temer, em 2016, o PPI foi turbinado em agosto para incluir empresas que se confundem com o patrimônio social e cultural do país, além de financeiro - como Correios, Eletrobras, Telebrás e até a Casa da Moeda.

As vendas da Casa da Moeda, Lotex (gestora do sistema de loterias, que inclui arrecadação de impostos e contribuições

à Previdência), Trensurb e Eletrobrás precisam ser aprovadas pelo Congresso, mesmo após a autorização conferida em junho pelo Supremo Tribunal Federal para a privatização de estatais. Pela decisão do STF, apenas as subsidiárias poderiam ser vendidas sem autorização legislativa.

O governo anunciou estudos também para incluir mais fatias da Petrobras, além das subsidiárias e bacias de petróleo, no PPI. Por isso, a greve petroleira que deve ter início no dia 16 terá na pauta a defesa da empresa como patrimônio nacional.

Os trabalhadores dos Correios realizaram greve nacional entre os dias 11 e 18 do mês passado, após a empresa rejeitar

até a proposta de mediação feita pelo Tribunal Superior do Trabalho. O TST, por sua vez, determinou o desconto dos dias parados no julgamento do dissídio, mesmo sem considerar a greve ilegal.

A direção do Sintrajud reafirma o posicionamento contra as privatizações e apoia as lutas das categorias das estatais. Materiais da campanha da Federação Nacional Petroleira serão reproduzidos pelo Sindicato por decisão de assembleia.

Estudo divulgado em março pelo Instituto Transnacional, sediado na Holanda, aponta que 884 serviços foram reestatizados no mundo de 2000 a 2017 - 83% a partir de 2009, já sob a crise que se arrasta.

Os atos pelo clima *versus* Bolsonaro

Juventude, sindicatos e centrais voltaram a se unir para defender o meio ambiente e denunciar que a política de expansão do agronegócio incentivada pelo governo ameaça o futuro.

Fotos: Arquivo Sintrajud



Sintrajud no ato em SP.

Shuellen Peixoto

Milhares de pessoas foram às ruas ao redor do mundo nos dias 20 e 27 de setembro em defesa do meio ambiente e contra o aquecimento global. A Greve Global pelo Clima teve protestos em cerca de 150 países e em 20 estados brasileiros, segundo levantamento feito pelo jornal 'O Globo'.

Os protestos chamam a atenção dos governos do mundo para a urgência de ações contra o aquecimento global e as mudanças climáticas decorrentes do modelo de "desenvolvimento" e consumo em voga.

Em São Paulo, o ato no dia 20 aconteceu na Avenida Paulista, com participação de dirigentes do Sintrajud e servidores da categoria. Jovens, sindicatos e centrais sin-

dicais denunciaram o projeto de exportação de commodities.

No Brasil, o tema ganhou destaque na pauta em janeiro, com as manifestações indígenas (foto) contra as mudanças na política de demarcação de territórios e gestão da Funai, e passou a dominar o noticiário com o aumento da devastação na Amazônia e no Cerrado, depois que o governo federal liberou a ação do agronegócio e nega seus impactos à natureza. O país ocupa o 7º lugar entre as nações que mais contribuem para a emissão de gases poluentes.

Com um cartaz onde lia-se "Luto pela Amazônia e pelo Cerrado", a servidora Gisele Oliveira, do TRT-2, afirmou à reportagem do Sintrajud que "a situação que estamos vivendo com as queimadas é insustentável, não afeta somente o Brasil, mas o mundo inteiro. Eles [governantes] estão destruindo nossa sociedade e não podemos deixar isso".

Durante a Cúpula do Clima das Nações Unidas (ONU), entre 21 e 23 de setembro em Nova York, o discurso do governo brasileiro foi vetado porque o país não apresentou plano de compromissos climáticos. Durante a Assembleia Geral da ONU, o presidente Jair Bolsonaro voltou a fazer o discurso de negação das queimadas criminosas na

região e foi muito criticado.

O país tem 60% da maior floresta tropical do mundo. Para a diretoria do Sintrajud, preservá-la é uma exigência para a vida no planeta. Por isso, o Sindicato tem participado dos atos convocados pela Coalizão pelo Clima (articulação de entidades e coletivos ambientalistas).

